

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 154

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
09 DE DEZEMBRO DE 2002**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Nelson Tureck.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSC: Fernando Guimarães; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PPS: Cezar Silvestri e Marcos Isfer (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO ORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 055/2002

Curitiba, 04 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre a competência, composição e organização do Conselho Estadual do Meio Ambiente.

O plano de lei em referência é revestido de elevado significado, não só porque trata-se de colegiado previsto na Constituição Estadual, mas, também, por suas importantes finalidades. Esta proposição consubstancia o resultado de estudos conjuntos das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e da de Planejamento e Coordenação Geral, com a participação da Secretaria de Estado do Governo. Tais estudos me foram apresentados pelo secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através de seu Ofício nº 340/2002, protocolado sob nº 5.243.575-7, onde o titular daquela Pasta justifica a medida, dizendo:

“A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, foi estruturada através da Lei nº 11.352, de 13 de fevereiro de 1996, sem consolidar a estrutura organizacional, composição e competências do Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cema.

Assim sendo, considerando a multiplicidade de atividades atribuídas à Sema e a necessidade de que esta conte com um aparato organizacional no nível de aconselhamento e deliberação superior, de acordo com o disposto na Constituição do Estado do Paraná, que estabelece o seguinte:

“Art. 229 - A lei disporá sobre a organização, composição e competência do Conselho Estadual do Meio Ambiente”.

Considerando estes aspectos, e ainda em função da consolidação das novas estruturas organizacionais da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, da Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental - Suderhsa e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, definidas através de seus respectivos regulamentos, constatou-se a premente necessidade de fortalecimento deste mecanismo de assessoramento e deliberação superior, que é o Conselho Estadual do Meio Ambiente - Cema.

A presente proposta virá consolidar a atual situação do Cema, fortalecendo-o como instituição e garantindo a participação da sociedade organizada na proposição de políticas públicas para a área ambiental”.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 056/2002

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar cessão de uso ao município de Curi-

tiba, do imóvel de propriedade do Estado, objeto da matrícula sob o nº 24.224, do Cartório de Registro de Imóveis da 8ª Circunscrição da Comarca da Capital, constituído de área total de 3351,75m2, situada à Rua AP-2, na Cidade Industrial de Curitiba.

A cessão de uso do imóvel em referência ao município de Curitiba, cuja autorização legislativa é objetivada, reveste-se de indiscutível interesse público, eis que ensejará condições no sentido de que a municipalidade proceda a instalação e manutenção do Posto de Corpo de Bombeiros/Siate-CIC-Sul da Capital, providência essa que trará inestimáveis benefícios na melhoria das ações de segurança e prevenção de acidentes, ao populoso bairro industrial da Capital do Estado, e por via de consequência, a toda cidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 057/2002

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa egrégia Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na Universidade Estadual do Paraná - Unespar, dois cargos de provimento em comissão de diretor, simbologia DAS-3 e dois cargos de vice-diretor, simbologia DAS-5, para dar atendimento ao disposto nas Leis Estaduais nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001 e 9663, de 16 de julho de 1991.

A criação dos cargos acima mencionados objetiva propiciar o atendimento ao disposto na Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, que autorizou a estadualização da Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor, e da Fundação Faculdades Luiz Meneghel - FFALM, integrando-se à Unespar.

Tal medida deixará a Faculdade Intermunicipal do Noroeste do Paraná - Facinor e a Fundação Faculdades Luiz Meneghel - FFALM nas mesmas condições das Faculdades Estaduais que foram integradas à Unespar pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, que dispõe no seu artigo 5º.

“Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a adequação de cargos, alterações orçamentárias e outras que sejam necessárias à implantação da Unespar”.

A presente medida dispõe ainda sobre autorização para que o Poder Executivo possa proceder às alterações orçamentárias e outras que sejam necessárias para atender as despesas com a criação dos cargos a partir do exercício de 2003.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprova-

ção, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 058/2002

Curitiba, 05 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar doação do imóvel de sua propriedade, no município de Curitiba, bairro São Francisco, para a Prefeitura Municipal de Curitiba, situado à Rua Presidente Carlos de Carvalho, 1.157, com área total de 1.291,00m2, contendo uma edificação em alvenaria com três pavimentos, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, sob o número 15.196.

No protocolado nº 5.414.591-8/02, figura o Parecer nº 3318/2002-CTJ, da Secretaria de Estado do Governo, anexo por cópia autêntica, cujos termos utilizo como justificativa à medida ora proposta.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER
Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

PROTOCOLO Nº 5.414.591-8

ASSUNTO: Doação de Imóvel

INTERESSADOS: Secretaria de Estado da Administração e da Previdência/Município de Curitiba.

PARECER Nº 3318/2002-CTJ

Trata o presente de pedido formulado pelo senhor prefeito do município de Curitiba, através do qual solicita a doação do imóvel, de propriedade do Estado do Paraná, situado a Rua Presidente Carlos Cavalcanti, nº 1157, com área total de 1.291,00m2, contendo uma edificação em alvenaria com três pavimentos, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba, sob nº 15.196, a ser utilizado com o espaço cultural e outras atividades afins.

Justifica o seu pedido, dizendo:

“Esse imóvel, pelo seu valor histórico, arquitetônico e pela sua composição na paisagem urbana, uma vez que está localizado nas proximidades do Setor Especial Histórico de Curitiba, é considerado pelo município uma Unidade de Interesse de Preservação - UIP. Também, por intermédio do Decreto nº 881/99, foi definido como Unidade de Interesse Especial de Preservação - UIEP.

Por essas razões, e considerando as precárias condições em que se encontrava o imóvel, a Prefeitura Muni-

pal de Curitiba, no ano de 2002, através de transferência de Potencial Construtivo, promoveu a restauração completa do edifício, o que representou um investimento de R\$530.000,00.

O município de Curitiba, além do interesse na preservação, dispõe das condições necessárias para garantir o monitoramento do estado de conservação do imóvel, podendo incluí-lo em programas de incentivos previstos em lei, para que as suas características arquitetônicas e culturais sejam sempre preservadas”.

Consultada a respeito a Coordenadoria do Patrimônio do Estado - CPE/SEAP, manifesta-se através da informação nº 411/2002, sendo favorável a doação do imóvel, ao município de Curitiba, vindo a anexar ao presente minuta do respectivo projeto de lei. Observe-se ainda, que no ofício exarado pelo senhor prefeito (Ofício nº 288/2002, fls. 02), consta a assinatura governamental, concordando com o presente pleito.

A respeito da figura da doação, o professor Hely Lopes Meirelles, em sua obra - Direito Administrativo Brasileiro, nos ensina:

“Doação é o contrato pelo qual uma pessoa (doador), por liberalidade, transfere um bem do seu patrimônio para o de outra (donatário), que o aceita (CC. Art. 1.165). É contrato civil, e não administrativo, fundado na liberdade do doador, embora possa ser com encargos para o donatário. A doação só se aperfeiçoa com a aceitação do donatário, seja pura ou com encargo.

A administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetos do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de prévia avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo. Só excepcionalmente poder-se-á promover concorrência para doações com encargos, a fim de escolher-se o donatário que proponha cumpri-los em melhores condições para a Administração ou para a comunidade”.

Isto posto, ante os fatos apontados, opinamos pelo encaminhamento do presente à consideração do senhor governador do Estado, que no uso de suas atribuições, poderá determinar o envio de mensagem de Lei a Assembleia Legislativa na forma da minuta apresentada, após redação definitiva a ser elaborada pela Coordenador Técnico Legislativa - CTL, da Secretaria de Estado do Governo.

CTJ, em 04 de dezembro de 2002.

(a) ANDRÉA MARIA DE LARA CORDEIRO
Assessora Técnica

MENSAGEM Nº 059/2002

Curitiba, 05 de dezembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembleia Legislativa o

incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Curitiba, parte de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 23.362,00m², com suas edificações de aproximadamente 7.000,00m², onde funcionava o antigo Educandário Caetano Munhoz da Rocha, sito à Rua Bororós - Vila Izabel, no município de Curitiba. A presente área é parte destacada de uma área maior, com 149.381,75m², da Matrícula nº 9.128, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

No protocolado nº 5.257.551-6/02, figura o Parecer nº 3317/2002-CTJ, da Secretaria de Estado do Governo, anexo por cópia autêntica, cujos termos utilizo como justificativa à medida ora proposta.

Certo de que a presente proposição merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

PROTOCOLO Nº 5.257.551-6

ASSUNTO: Cessão de uso de bem imóvel ao município de Curitiba.

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família - SECR/IASP.

PARECER Nº 3317/2002-CTJ

Busca o município de Curitiba, através da Secretaria Municipal da Criança, a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná constituído de 23.362,00m², e edificações aproximadas de 7.000,00m², dentro da área maior de 149.381,75m², objeto da Transcrição nº 9.128, do livro 3/E, do Registro de Imóveis da Comarca de Curitiba - 1ª Circunscrição, fls.

Conforme fls. 10, o imóvel é objeto da matrícula nº 9.128, que concluímos seja em razão da averbação constante da certidão da transcrição.

No referido imóvel funcionava o antigo Educandário Caetano Munhoz da Rocha, à Rua Bororós, Vila Izabel, no município de Curitiba.

O município de Curitiba solicita a utilização do imóvel para a criação de um Centro de Treinamento para crianças, adolescentes e funcionários da Prefeitura e entidades não governamentais que atuam no atendimento de crianças e adolescentes, e também conselheiros governamentais e não governamentais.

O diretor presidente da Iasp informa que parte do imóvel já é utilizado pela Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - Apadeh.

A Coordenadoria do Patrimônio do Estado/Seap, na Informação nº 407 é favorável a cessão de uso do bem imóvel ao município, salientando que parte dos 23.362,00m² de área está sendo utilizada pela Apadeh.

Dessa forma, elabora a minuta do projeto de lei autorizatória para a cessão do bem ao município de Curitiba, para dar seguimento ao projeto citado.

A minuta do projeto de lei elaborada pela CPE da Seap, estabelece:

“Art. 1º - Fica o Poder Executivo, conforme o que prevê o artigo 10 da Constituição Estadual, autorizado a ceder em caráter de utilização gratuita à Prefeitura Municipal de Curitiba, parte de imóvel de propriedade do Estado do Paraná, com área de 23.362,00m², com suas edificações de aproximadamente 7.000,00m², onde funcionava o antigo Educandário Caetano Munhoz da Rocha, sito a Rua Bororós - Vila Izabel, no município de Curitiba. A presente área é parte destacada de uma área maior, com 149.381,75m², da Matrícula nº 9.128 do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Curitiba.

Art. 2º - O imóvel de que trata o art. 1º desta Lei, será cedido à Prefeitura Municipal de Curitiba, que deverá ser utilizado exclusivamente por esta, podendo aquele imóvel ser retomado a qualquer momento pelo Estado do Paraná, tendo esta cessão a duração até 31/12/2006, prorrogável, mediante consenso entre as partes, não podendo o referido imóvel ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando ainda a mesma associação, responsável pela preservação do bem cedido, como também, pelas medidas de despesas necessárias ao fiel cumprimento do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

Sugerimos que onde consta Prefeitura Municipal e Associação, fique constando município.

O artigo 10 da Constituição Estadual dispõe que:

“Art. 10 - Os bens imóveis do Estado não podem ser objetos de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo Único - A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno referidas neste artigo, ou para fins de assentamento de caráter social.”

Hely Lopes Meirelles define cessão de uso como: a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de cola-

boração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (Direito Administrativo, 21ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p.441).

Por sua vez, Diogo de Figueiredo Moreira Neto, na obra intitulada Curso de Direito Administrativo (10ª ed., p.252), tece as seguintes considerações sobre a matéria:

“A cessão de uso é espécie unilateral de transferência de utilização de um bem público, em caráter extraordinário e exclusivo, que uma entidade de direito público, titular do domínio, faz a outra pessoa administrativa, sujeita a condições fixadas pelo cedente”.

Face ao exposto, enviamos o presente procedimento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado que, entendendo conveniente a cessão de uso do imóvel ao município de Curitiba, poderá autorizá-la, com prazo de duração até 31/12/2006, para o fim específico, encaminhando mensagem de lei à Assembleia Legislativa, nos moldes da minuta apresentada pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência-SEAP.

CTJ, em 04 de dezembro de 2002.

(a) ANGELITA FIGUEIRO RASKIN
Assessora Técnica

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob nºs CTL/SEEG/584, 585 e 586/2002, do senhor governador do Estado, comunicando haver SAN-
CIONADO os Projetos de Lei nºs:

208/2002: De autoria do deputado Cezar Silvestri que, autoriza a construção da Pequena Central de Hidrelétrica denominada PCH Tuneiras II, localizada no Rio Pitanga, o qual foi convertido em Lei nº 13.870. **Anote-se - Archive-se.**

141/99: De autoria do deputado Antonio Carlos Belinati que, dispõe que a publicidade da administração direta e indireta do Estado, veiculada na televisão, terá tradução para a linguagem brasileira de sinais - Libras, o qual foi convertido em Lei nº 13.871. **Anote-se - Archive-se.**

180/2001: De autoria do deputado Nelson Tureck que, autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Financiamento da Casa Própria Rural - Proficar, denominado de Programa “Casa do Campo”, destinado ao financiamento de construção, aquisição ou melhoramento de habitação para a população rural, o qual convertido em Lei nº 13.872. **Anote-se - Archive-se.**

Sob o nº 368/2002, da senhora Mônica Messenberg Guimarães, Secretária-Executiva do FBDE, comunicação liberação de recursos financeiros destinados a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob o nº 144/2002, do senhor Alexandre Fontana Beltrão, Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado Luiz Carlos Zuk, que pede esclarecimentos sobre “Construção do Museu de Artes”. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Sob o nº 652/2002, do senhor Wilson Justus Soares, Secretário dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo deputado José Maria Ferreira, que pede esclarecimentos sobre “Conservação da Rodovia PR-340 - Itaguajé - Santa Inês - Santo Inácio”. **Ao Conhecimento do Senhor Deputado Interessado.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2639

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2638

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário a diminuição do interstício para a realização de Sessão Extraordinárias logo após a Sessão Ordinária a ser realizada no dia 10 do corrente mês.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) NELSON TURECK

REQUERIMENTO Nº 2649

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada por 3 sessões da proposição de nº 139/2002 constante da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) CESAR SELEME

REQUERIMENTO Nº 2635

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Boa Vista da Aparecida pela passagem, no próximo dia 22 de dezembro/2002, de seus 19 anos de emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. José Carlos Henrichs, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Oldino Viganó, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É motivo de orgulho para todos nós paranaenses, a comemoração de mais um aniversário de fundação do município de Boa Vista da Aparecida, cidade acolhedora que de mudança em mudança ganhou novas formas, mas, firme mantém as raízes da tradição. Fortes raízes de forma estruturada na amizade de moradores e ex-moradores que, juntos, integrados à sua história, podem brindar a felicidade.

Compartilhando a alegria de toda comunidade de Boa Vista da Aparecida, pela passagem de seus 19 anos de fundação, levamos a todos nosso abraço de congratulações, formulando votos de sucesso na longa caminhada para um futuro próspero e feliz.

REQUERIMENTO Nº 2640

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Arapuã-PR, alusivos aos seus 07 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 08 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Pedro Gonçalves e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Marino Pereira de Castro, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Café Filho, s/nº - 86884-000 - Arapuã-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2641

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Borrazópolis-PR, alusivos aos seus 50 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência a prefeita Sra. Maria de Lourdes e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Moisés Justino de Moraes, através de correspondência a ser encaminhada a Pça. da República nº 28 - 86925-000 - Borrazópolis-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2642

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Califórnia-PR, alusivos aos seus 48 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 17 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao se dê ciência ao prefeito Sr. Paulo Wilson Mendes, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Luiz Reis de França, através de correspondência a ser encaminhada a Rua 17 de Dezembro, nº 149 - 86820-000 - Califórnia-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2643

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Campo Magro-PR, alusivos aos seus 07 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 11 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Louvanir Menegusso, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Rilton Boza, através de correspondência a ser encaminhada a Estrada do Cerne, nº 1905 - 86535-000 - Campo Magro-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2644

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Jandaia do Sul-PR, alusivos aos seus 50 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. João Biral Neto, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Waldeci Albieri, através de correspondência a ser encaminhada a Pça. do Café nº 22 - 86900-000 - Jandaia do Sul -PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2645

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Cândido de Abreu-PR, alusivos aos seus 48 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 22 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Olgierde Malanowski, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Reinoldo Max de Oliveira, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Paraná, nº 03 - 86470-000 - Cândido de Abreu-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2646

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Cruzmaltina-PR, alusivos aos seus 07 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 13 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. José Carlos Pastore, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador José Maria dos Santos, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Padre Gauter Farias Negrão s/nº - 86855-000 - Cruzmaltina-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2647

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Lunardelli-PR, alusivos aos seus 23 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 19 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Mario Masakazu Moribe, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Ademir Jardim, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Rui Barbosa nº 480 - 86935-000 - Lunardelli-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2648

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulação ao município de Faxinal-PR, alusivos aos seus 50 anos de emancipação política, que será comemorado no dia 14 de dezembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao prefeito Sr. Juarez Barreto de Macedo, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Gilberto Serafin Serra, através de correspondência a ser encaminhada a Av. Brasil nº 694- 86840-000 - Faxinal-PR.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 767/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os mercados, supermercados, hipermercados, atacadista e comerciantes em geral ficam proibidos de contratar, exigir ou cobrar descontos, reduções de preço ou bonificações, como “rappel”, verbas ou valores a título de “enxoval”, “aniversário de loja”, “inauguração de loja”, “reforma de loja”, “propaganda ou trade marketing”, “desconto logístico”, cessão de espaço em gôndolas ou terminais, descontos permanentes ou de fidelidade, em dinheiro ou “in natura”, das pessoas, fornecedores ou comerciantes em geral que lhes vendem serviços, produtos ou mercadorias.

Art. 2º - A violação ao disposto no artigo anterior sujeita o seu autor à multa de 20.000 (vinte mil) FCA (Fator de Conversão e Atualização) por infração, imposta e cobrada pela Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon/PR), órgão vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania (Seju).

Art. 3º - A imposição da penalidade prevista no artigo 2º não exclui a aplicação da legislação federal que define os crime contra a ordem econômica nem a imposição das demais sanções civis ou penais cabíveis.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.2002

(aa) CEZAR SILVESTRI, ORLANDO PESSUTI,
ELI GHELLERE, ADEMIR BIER, PASTOR
EDSON PRACZYK, LUCIANA RAFAGNIN,
DUÍLIO GENARI, JOSÉ MARIA FERREIRA,
EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei proíbe os mercados, supermercados, atacadistas e comerciantes em geral contratar, exigir ou cobrar descontos, bonificações ou reduções de preço dos seus fornecedores de mercadorias ou de serviços.

Nas audiências da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Alimentos, criada pela Resolução nº 18/2001, de 29 de novembro de 2001, os deputados estaduais dela integrantes tomaram conhecimento de que as grandes redes de supermercados, os atacadistas e os comerciantes que detêm parcela significativa do chamado varejo exigem uma série de descontos, bonificações ou reduções de preço de seus fornecedores, que podem chegar a 20% sobre o valor da mercadoria comprada ou do serviço prestado.

Os descontos são fixados para inauguração da loja do comprador ou estabelecidos em função de aniversário,

publicidade, despesa de frete, cessão de espaço em loja ou gôndola, localização privilegiada, fidelidade comercial e tem as mais esdrúxulas denominações com o propósito de dissimular o que é cobrado: “rappel”, “enxoval”, “desconto logístico”, “chaminé” e assim por diante.

A cobrança desses valores, em dinheiro ou “in natura”, contraria a legislação que protege a ordem econômica e os consumidores em geral, até porque esses descontos não são repassados nos preços de venda a esses últimos.

O artigo 2º estabelece uma multa de 20.000 (vinte mil) FCAs por infração, sendo que o FCA é o Fator de Conversação e Atualização, fator ou índice oficial utilizado pelo Estado do Paraná para cobrança de suas receitas tributárias.

O artigo 2º ainda dispõe que a fiscalização da lei cabe ao Procon/PR e o seu artigo 3º estabelece que a incidência a regra estadual não exclui a aplicação das demais sanções previstas na legislação federal ou estadual.

O artigo 24, incisos V e VIII da Constituição Federal, por sua vez dá competência concorrente ao Estado Membro para legislar sobre a matéria, dispondo o parágrafo 10 que “no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais”.

A apresentação do presente projeto de lei também é motivada pelo fato de que, recentemente, o órgão máximo do Poder Judiciário do Estado do Paraná, o Tribunal de Justiça, julgou recurso judicial e declarou a nulidade de cláusulas de descontos impostas por rede de supermercado a fornecedor de alimentos.

A sociedade comercial Blouberg Alimentos Ltda, ajuizou uma ação ordinária contra o Sonae- Distribuição Brasil SA perante a 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba (Autos 942/2000), para pedir a declaração de nulidade das cláusulas do chamado “desconto fidelidade”, “rappel” ou “rappel escalão”, que a rede varejista cobra do fornecedor nos termo de contrato mercantil assinado entre as partes, com a devolução, em dobro, dos valores pagos, nos termos do artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

A Blouberg Alimentos Ltda, sustentou que as cláusulas que impunham os descontos, no percentual de 3,5% até 5% eram nulas porque abusivas e ilegais, já que foram obtidas pela rede varejista prevalecendo de sua posição econômica dominante.

O juiz de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Curitiba, julgou a ação ordinária procedente e declarou a nulidade das cláusulas dos descontos permanentes e de “rappel” constantes dos contratos de fornecimento assinados com a Blouberg Alimentos Ltda, condenando o Sonae - Distribuição Brasil SA à devolução em dobro, dos valores recebidos (sentença, Autos 942/2000, fls. 119/130).

O Sonae Distribuição Brasil SA recorreu ao Tribunal de Justiça do Paraná, mas a 8ª Câmara Cível, no julgamento da Apelação Cível nº 120.282-0, relator o desembargador Campos Marques, manteve a sentença do juiz na parte relativa à decretação de nulidade das cláusulas dos descontos permanentes e de “rappel”, por unanimidade.

O voto do desembargador Campos Marques, acompanhado pelos votos dos desembargadores Ivan Bortoleto e juiz convocado Antonio Renato Strapasson, entendeu que as cláusulas eram nulas em virtude de coação, já que os contratos de fornecimento estipulados pelo Sonae - Distribuição Brasil SA foram de adesão, onde manifestou sua posição dominante, com cláusulas que revelam total desequilíbrio entre as partes.

O voto do desembargador relator, na parte que interessa, disse que:

“A inaplicação do codex consumerista, contudo, não implica na improcedência da ação, pois, comprovada a coação, são, igualmente, nulas as apontadas cláusulas, na forma do artigo 147, inciso II do Código Civil.

O contrato de fls. 32/33 aliás, é eloquente em tal sentido, vez que foi firmado em formulário próprio da empresa apelante (Sonae), um verdadeiro contrato de adesão - com cláusulas (aquelas impugnadas) que revelam um total desequilíbrio, tudo confirmado pelo fato, público e notório (art. 334, I, do CPC), de que a reclamação observada na inicial é freqüente nas relações comerciais a recorrente (Sonae), tanto que tramita, a respeito, uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembléia Legislativa do Estado.

Nulas, portanto, as cláusulas que tratam dos descontos permanentes e de fidelidade (rappel) mas só aquelas observadas nos contratos assinados nos anos de 1998, 1999 e 2000, a empresa recorrente (Sonae) deve restituir os respectivos valores, em montante a ser estabelecido em liquidação, tal como determinou a sentença apelada, só que excluída a devolução em dobro, posto que, consoante se consignou acima, não se aplica a regra prevista no artigo 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor”.

(Grifo não original, acórdão, AC nº 120.282-0, fls.188/202).

O presidente da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, desembargador Ivan Bortoleto, quando votou de acordo com o desembargador Campos Marques, proferiu uma declaração de voto, que acompanha o acórdão, assim redigida na parte que interessa.

“... a aquisição da Companhia Real de Abastecimento pela apelante (Sonae) acabou influenciando significativamente nas relações comerciais que até então vinha mantendo com a apelada (Blouberg), pois como é incontroverso, esta foi obrigada a aceitar novas formas de fornecimento impostas pelo grupo Sonae, mesmo temendo alguma desvantagem futura, pois como é razoável supor, desejava evitar o mal maior de que a sua própria atividade econômica se tornasse inviável.

O poderio econômico da rede multinacional Sonae é um fato público e notório. A abrupta aquisição que fez, de tradicionais empresas no sul do país, no ramo de supermercados, tal e qual a Companhia Real de Abastecimento, tipifica evento de caráter imprevisível.

A adesão compulsória da empresa fornecedora aos termos dos contratos pré-formatados que lhe foram apresentados restou evidenciada.

Assim, a exigência de “prêmios de fidelidade”, mensais e anuais, figura estranha ao nosso ordenamento jurídico, merece ser repelida, por ter servido apenas para fomentar o desequilíbrio da relação comercial em detrimento da parte economicamente mais fraca”.

(acórdão AC nº 120.282-0, fls. 200/202)

A decisão proferida pela 8ª Câmara Cível no julgamento da Apelação Cível nº 120-282-0, relator o Desembargador Campos Marques, não é definitiva, pois ainda está sujeita a recursos especial ou extraordinário perante os Tribunais Superiores, Superior Tribuna de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente, em Brasília, assim como não estabelece, evidentemente, uma regra geral que possa valer para todos os casos, pois a setença nos termos do artigo 472, do Código de Processo Civil, só “faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros”.

Todavia o acórdão proferido na Apelação Cível nº 120282-0, relator o desembargador Campos Marques é um forte precedente judicial, uma decisão pioneira, muito importante, que poderá servir de referência aos outros fornecedores, que quiserem discutir perante o Poder Judiciário as cláusulas de descontos, reconhecidas como abusivas, nulas e ilegais, impostas pelas redes varejistas de supermercado aos fornecedores em geral.

Isso sem considerar, finalmente, o fato evidente de que a decisão judicial justifica plenamente a apresentação do presente projeto de lei à Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 768/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Logoterapia Viktor Emil Frankl, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Logoterapia Viktor Emil Frankl, sem fins lucrativos, com o intuito de promover a saúde integral, individual e familiar, tem por objetivo a realização de atividades culturais e científicas, sempre ligadas à Psicologia, auxiliando na formação, especialização e treinamento de profissionais e voluntários, visando possibili-

tar serviços acessíveis à comunidade em geral e de modo especial à população carente, proporcionando assim à comunidade um serviço com qualidade, ética e respeito ao ser humano.

Conforme se observa da documentação apenas à presente proposição, a instituição preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, e demais dispositivos aplicáveis à matéria, merecendo portanto o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 769/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a entidade Ação Social Albergue de Deus, com sede e foro no município de Carambeí, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09.12.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A instituição Ação Social Albergue de Deus é uma entidade de caráter assistencial sem fins lucrativos, tendo seus estatutos devidamente registrados no Cartório Privativo de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca, conforme se infere da certidão que acompanha esta proposição. Fundada em 21 de maio de 1994, funciona suas atividades junto à rua São Francisco, prestando serviços sócio-comunitários e assistenciais aos menores carentes do populoso bairro Boqueirão, cidade de Carambeí.

Por entender como justa e meritória solicitação da entidade em ser reconhecida publicamente como Utilidade Pública Estadual e por considerar uma luta árdua e de extrema importância para o município de Carambeí, espera-se o devido apoio do presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Finda a leitura do expediente.

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente e nobres parlamentares.

Gostaria de dividir a minha fala em três etapas. Primeiramente, gostaria de expressar aqui a minha gratidão a Deus e aos meus 110 mil e 850 amigos eleitores que me colocaram em Brasília, a partir do dia 1º de fevereiro. E, diante disso, senhor presidente, já tenho o meu sentimento de saudades dos grandes companheiros que tenho nesta Casa e que com tristeza vou ter que deixar. Companheiros que partilharam comigo grandes embates e também grandes momentos de confraternização. Muitas

vezes as divergências ideológicas e divergências de linha de pensamento fizeram que os debates acalorados muitas vezes trouxessem em nós os ânimos um pouco mais acirrados, mas em momento nenhum faltou respeito. Talvez faltasse maturidade em alguns momentos, como qualquer parlamentar que assume pela primeira vez a Casa. Mas, ao longo do tempo a amizade, o companheirismo e a convivência democrática fez com que aumentássemos as amizades e o número de companheiros.

E fica aqui registrado, com muita saudade, já antecipando o término do período parlamentar quando entraremos em recesso na próxima semana, fica aqui consignado nesta tribuna o meu abraço fraterno a todos os companheiros. Estarei indo para Brasília, porque inúmeros são os problemas que o Paraná enfrenta.

Fica aqui então o meu abraço a todos os companheiros. E também se alguém eu ofendi neste parlamento, num momento de maior calor, fica aqui o meu pedido de desculpas, de perdão. Mesmo porque não é do meu feitio aumentar inimizades.

Procurei trabalhar sem férias, sem descanso em todos os momentos em que estive neste Parlamento por esses anos. Este último mandato de 4 anos se encerra agora e estaremos indo para Brasília. O desafio é grande e enormes dificuldades estão vindo pela frente num país cujo salário mínimo está achatado. E todos nós sabemos disso.

Estaremos enfrentando uma fase onde o país está repensando a situação. O país quer mudanças, quando numa das maiores votações que um presidente da história do Brasil recebeu, Luiz Inácio Lula da Silva recebe mais de 60% de apoio da população. Isso, além de histórico, é emblemático, porque nos leva a entender que a sociedade quer mudanças. E é com esse pensamento que estaremos prestando apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque o acerto dele será o acerto de uma nação, e o fracasso dele será o fracasso de uma nação.

Não é do nosso interesse em momento nenhum ver o País mergulhado numa crise maior do que já está. E as nossas esperanças se depositam nesse metalúrgico, que mostra que a sua cara é a cara do Brasil. Um País com mais de 60 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza, um país que tem que repensar a questão do emprego. E se ainda tiver oportunidade de ocupar mais uma vez esta tribuna ao longo da semana que estaremos encerrando esse período legislativo, gostaria de deixar aqui um pouco do meu pensamento, um pouco das minhas idéias sobre a geração de emprego, e sobre os modelos que o Brasil abraça, naquilo que alguns até chamam de avanço social, vejo como retrocesso, porque avanço social é dar emprego para todos. E, infelizmente, o país não está vivendo esse clima, não está vivendo essa realidade.

Muito obrigado então a todos e o meu abraço fraterno aos meus companheiros.

A segunda parte da minha fala. Gostaria de registrar aqui a minha insatisfação, o meu dissabor de ver o

descaso das nossas autoridades. Esta semana estive percorrendo o nosso Sudoeste e fiquei entristecido ao percorrer o trecho da BR-272 e a 163, entre Iporã e Marechal Cândido Rondon. Percorri também o trecho de Guaíra até a cidade de Goioerê. Meu Deus, é um absurdo as estradas do nosso Paraná estarem nas condições em que se encontram! É impossível ficarmos calados diante dessa situação, porque sabemos que o governo federal hoje não gasta mais, não tem mais dificuldade com relação ao imposto, com relação às estradas porque elas estão pedagiadas. Entregaram o governo do Paraná!

Então, é impossível às estradas que não são pedagiadas, não sejam socorridas pelo governo federal! Onde está o dinheiro que o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e o BIRD - Banco Mundial, no início deste ano, colocaram à disposição do governo federal para reparar essas rodovias?

O processo licitatório no início deste ano já foi encerrado, a empresa vencedora foi credenciada, mas a obra não saiu do papel, senhor presidente! Tenho certeza que companheiros que lutam na Região Oeste do Paraná, como os deputados Elio Rusch, Bier e outros deputados que vivem na região, como o Tureck, como o Edno Guimarães e outros que lá atuam, estão solidários comigo nesta minha fala, nesta minha decepção com relação ao governo federal, que não destina as verbas ou não agiliza o reparo! É intransitável! Estão intransitáveis as rodovias da região! Meus amigos, quanto é que vale uma vida? Será que é preciso morrer o filho de um presidente, o filho de um governador para que se repare aquelas rodovias?

E ao saber que o processo de licitação já está encerrado e que as obras ainda não saíram do papel, porque diz que o processo ainda não foi concluído para a escolha da empresa que fará o monitoramento da obra. É um absurdo! É uma mera formalidade. Enquanto isso, com as recentes chuvas, as duas rodovias se tornaram ainda mais perigosas. Já não existem mais buracos; são crateras. O asfalto diluído mostra o estado horroroso em que estão ali os alunos transitando de uma cidade para outra, porque existem muitas universidades na região.

Mas, queria dizer que, nesta semana, vários caminhões tombaram, os alunos da universidade e da região fizeram um manifesto, somando-se com o caminhoneiros, basta dar uma passada ali para entender o estado em que se encontra, o estágio deplorável e de degradação dessas rodovias! Por isso, senhores, é preciso que alguém tome uma providência.

Solicito que os companheiros desta Casa se somem nesta luta - alheios à questão partidária e às divergências ideológicas, porque, o que vale, é o nosso Paraná. O que vale é melhor qualidade de vida. O que vale são as vidas que não serão ceifadas pelo conserto dessas rodovias, porque, do jeito que está, infelizmente, antevejo muitos desastres e muitas vidas que serão ceifadas ali.

Com aparte o companheiro Hermes Fonseca.

O Sr. Hermes Fonseca

Ilustre deputado, pergunto o seguinte: V. Exa. está atribuindo a responsabilidade ao governo federal? Será que não seria mais produtivo cobrar isso do governo estadual? É que acho oportuna a sua manifestação hoje com relação ao tema, tema esse que durante todo mandato cobramos do governo do Estado, que de repente, repassou para as concessionárias o filé mignon e as estradas menores, de comunidades menores. O Estado não tem feito a sua parte. Brilhante o seu pronunciamento: Aliás, acho que é uma despedida de V. Exa. que vai para o governo federal.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Obrigado, companheiro Hermes Fonseca.

Concedo o aparte ao nobre companheiro Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch

Deputado Takayama, nós que conhecemos V. Exa. há muitos anos, não só como deputado mas como líder religioso e por todo trabalho que V. Exa. tem feito pelo Estado do Paraná, assume, no dia de hoje, a tribuna aqui da Assembléia. Já fez um relato, está fazendo o segundo, e o terceiro, nós ainda estamos curiosos para saber qual será, mas os dois primeiros, com certeza, foram relatos importantes. Primeiro pela expressiva votação que V. Exa. obteve para a Câmara Federal, 100.000 votos. Isso tem que ser considerado. Isso fez com que V. Exa. fosse um dos deputados mais votados do nosso Estado e estes votos não são por acaso, são votos de tributos, votos de confiança, votos de companheiros que confiaram e que acima de tudo confiam no trabalho que o senhor vai desenvolver lá no Congresso Nacional, em favor do nosso Estado, junto com os outros 29 deputados federais que haverão de defender as grandes causas do nosso Estado.

O segundo relato que o senhor faz é em relação à obra que liga Marechal Cândido Rondon a Guaíra. Eu conheço esta rodovia perfeitamente mesmo porque a minha cidade é Marechal Cândido Rondon. Estive agora, na última sexta-feira, me dirigi até a cidade de Mercedes, na verdade a rodovia está intransitável. E a bem da verdade, me perdoe o deputado Hermes Fonseca, esta rodovia é do governo federal; o governo do Estado já construiu esta rodovia. Quer dizer, o Estado do Paraná, independente dos seus governos, o Paraná sempre assumiu as obras que são de responsabilidade do governo federal!

Vejam a BR-376 que liga Curitiba a Garuva, uma rodovia federal em que o Estado do Paraná vendeu as ações que tínhamos na Telepar, para construir esta rodovia! O Paraná construiu a ferrovia ligando o Oeste do Estado até a cidade de Cascavel, uma ferrovia que é de responsabilidade federal!

A ponte em Guaíra, a ponte em Camargo e nós até falávamos, no dia da inauguração, lá em Guaíra, acho que V. Exa. esteve presente, oportunidade em que esteve o

governador do Paraná, o governador de Mato Grosso, diversas lideranças, prefeitos de três Estados, São Paulo, Mato Grosso e Paraná e todo mundo estava presente. Terminando a solenidade eu dei uma entrevista para uma rede de televisão e para algumas rádios dizendo que o Paraná, infelizmente, assume e faz as obras do governo federal! E por que se faz estas obras? Não somente para beneficiar o município de Guaíra, como, por exemplo, a ponte ligando Mundo Novo com Guaíra, mas o Paraná pensou em termos de Estado como um todo, porque a produção que vem no Norte do Paraná e que vai para exportação e o governo do Paraná também melhorou o Porto de Paranaguá, o Porto de Antonina que estava fechado, foi remodelado e é um dos portos mais modernos que temos hoje na América Latina. Isso tem que ser dito e a ponte de Guaíra veio justamente trazer este incremento.

Agora, como o Paraná fez a ponte, aumentou, e muito, o tráfego, e o governo federal não consegue recuperar, não consegue conservar as rodovias que são de responsabilidade dele.

Chega de governo do Estado investir em obras do governo federal.

O desgaste que nós tivemos aqui na Assembléia Legislativa do pedágio. Onde é que foram os pedágios - nas rodovias federais, mas o Paraná tinha que preparar o nosso Estado dando condições para o pessoal do Oeste, do Centro, do Norte, do Sul, de todo o Estado para que pudéssemos ter rodovias. Agora, cabe sim, ao governo federal, ressarcir. Existe um movimento hoje de todos os governadores, independente de partido, para que o governo federal possa ressarcir efetivamente o governo do Estado e devolver esses recursos aplicados. Agora V. Exa. indo para Brasília, será sem sombra de dúvida, mais uma voz em defesa dos interesses do Estado do Paraná.

Só para concluir, deputado Takayama, o que aconteceu com a rodovia de Marechal Cândido Rondon a Guaíra? O governo do Estado construiu a rodovia, conservou a rodovia algumas vezes. Depois o governo federal, contratou algumas empresas para tapar buraco. Agora fez uma licitação de milhões de reais. A empresa vencedora é a Castilho. Na hora de iniciar a obra tem que ter alguém que fiscaliza, e acaba o governo federal, acaba o DNL (?), não existe ninguém para fiscalizar as empresas que vão executar essas obras! Aí o governo federal diz que tem que fazer uma nova licitação e contratar uma empresa para fiscalizar a empresa que vai executar essa obra.

Ora! Onde é que nós estamos? Enquanto isso o Paraná que gastou milhões e milhões de dólares para ter um Porto moderno em Paranaguá e Antonina; o Paraná que teve um desgaste violento com o pedágio nas rodovias do governo federal, o Paraná que construiu a ponte em Guaíra e o governo federal agora não conserva a sua rodovia que é da sua responsabilidade!

Espero que acima de tudo, a justiça seja feita, e que o Paraná possa efetivamente aplicar os seus recursos,

independente do governo, que possa aplicar os seus recursos nas obras do governo do Estado e não do governo federal.

Esta é uma obra do governo federal e não podemos imputar mais essa responsabilidade em cima do governo do Estado. Está é do governo federal e ele tem que assumir a sua parte.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Obrigado, deputado Elio Rusch, esta é a realidade que estamos vendo. Num país onde os Estados estão em dificuldades e muitas vezes pagam a partilha que é do governo federal, como aconteceu recentemente em Minas, aliás em todos os Estados. Aqui no Paraná não foi somente a ponte de Guaíra, mas também de Naveaí - Dr. Camargo. E eu fico a imaginar que esse governo federal, que praticamente não gastou na arrecadação dos impostos para melhorar as rodovias, porque entregou para a iniciativa privada para manutenção. Nesses trechos que não temos manutenção, acaba não repassando para os Estados as verbas que deveriam ser, como V. Exa. trouxe no seu aparte.

Mas nós não vamos desistir, companheiro Elio, companheiro Nelson Garcia, companheiros que fazem parte da representação do Oeste. Não é a primeira vez que ocupei esta tribuna em nome do sofrido povo da região de Guaíra, do Oeste, que já foi tão sacrificado com a perda de uma das maiores belezas da natureza, que o mundo e a humanidade lhe deve, que, por causa do progresso, perdeu as Sete Quedas.

O meu clamor, o meu protesto nesta hora, fica aqui registrado nos Anais desta Casa. Na época, quando fiz outro depoimento, falei e fiz um expediente ao ministro dos Transportes, denunciando esses fatos, cobrando as providências urgentes, mas, infelizmente, nada foi feito!

Companheiro Elio e demais companheiros; companheiro Bier que também representa a região, não vamos desistir, não! Não podemos decepcionar os companheiros, o nosso povo paranaense, independente da cor partidária, independente do governo. Nós precisamos fazer algo a respeito, porque não podemos decepcionar os nossos irmãos.

Essa consciência que vai dentro de mim quando caminho para Brasília agora, tenho certeza que também fica com os nossos companheiros, que manterão a vigilância do desenvolvimento do nosso Oeste paranaense. Não vamos ficar de braços cruzados assistindo a morte de inocentes. Sugiro que seja feito hoje, senhor presidente, eu e os companheiros desta Casa, um expediente ao ministro dos Transportes, bem como a diretoria do Denit, exigindo que o Paraná, celeiro do Brasil, seja tratado com respeito que ele merece. Esperamos que as providências sejam tomadas porque nós não podemos agüentar, em nome de Guaíra, de Terra Roxa, Iporã, de Marechal Cândido Rondon, em nome de Francisco Alves, Palotina, Mercedes, Maripá e vários outros municípios da região. Fica aqui o grito de protesto, o grito da dor em que pas-

sam aquelas pessoas que naquela região residem para que providências sejam tomadas. Espero que não tenhamos que perder muitas vidas e outros desastres aconteçam, para que o governo tenha sensibilidade para atender as reivindicações da região.

Na terceira parte do meu discurso, eu gostaria aqui de fazer uma denúncia, companheiros desta Casa. Nós sabemos que muitas vezes aqueles de má índole, de mau coração, muitas vezes utilizam das formas mais nojentas e vergonhosas quando se trata de chegar ao poder ou de tentar prejudicar aqueles que chegam lá.

Eu queria nesta hora fazer uma denúncia de um complô, recebi telefonemas anônimos de pessoas que sabem que está havendo um complô político no intuito de me desmoralizar perante a opinião pública, especialmente junto ao segmento ao qual eu represento além dos municípios, a comunidade evangélica que sabe que eu sempre procurei me postar no caminho da coerência, da dignidade, e foi por isso que eu cheguei nessa votação de cento e dez mil, oitocentos e cinquenta votos conferidos nesta última eleição, e que me asseguram, portanto, uma cadeira na Câmara Federal.

Eu já procurei a Polícia Civil e a Polícia Militar que investigam o caso, mas denúncias anônimas estão me informando, não é nenhuma, nem duas, são vários telefonemas de que alguns adversários políticos meus, contrariados com a minha ascensão estariam dispostos a implantar mecanismos maldosos, como por exemplo colocar drogas no meu carro ou da minha família, para que na seqüência, numa blitz forjada, possa trazer uma repercussão negativa a respeito da minha pessoa, uma vez que como evangélico sou conhecido pela minha postura na luta contra as drogas, na postura ética e também na questão da moral.

No ano passado recebi o Título de Cidadão Honorário de Brasília. Todos sabem aqui que é uma honraria que poucos receberam. Eu tenho tido uma postura com relação ao combate às drogas e também contra o crime organizado, e não vou me calar, mesmo que mecanismos maldosos tentem nos prejudicar.

Fica aqui a minha declaração. Graças a Deus, qualquer exame antitóxico poderá ser feito em meu organismo. Nunca consumi um miligrama de drogas desde o meu tempo de juventude, aos 16 anos de idade, quando me conheci por gente.

Portanto, tenho tranqüilidade, mas muitas vezes fico preocupado com a maldade que alguns querem implantar até a minha própria família, chegando ao nível das questões pessoais. Apesar desta situação que eu considero grave, não estou preocupado, mas fica aqui lavrada a minha preocupação com essa gente má que muitas vezes querem adentrar na política e quando não conseguem muitas vezes prejudicar ou denegrir a imagem dos outros.

Fica aqui lavrado o meu manifesto contra esse complô que estão desejando fazer contra a minha pessoa. Confio no todo poderoso que me tem dado graças para

continuar nessa jornada, tenho certeza que nesses mares turbulentos Deus me levará a um porto seguro, baseado no livro de Isaías.

Muito obrigado a todos vocês.

Fica aqui o meu abraço mais uma vez ao finalizar a minha fala, senhor presidente, um abraço a todos os companheiros que com tristeza deixarei aqui nesta Casa. Tenho certeza que deixei muito mais amigos do que inimigos, aliás não creio que tenho inimigos. Posso ter até adversários políticos, mas jamais inimigos.

Meu grande abraço a todos vocês, com saudades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL, PDT, PT.

(**Declinam**).

PPB. Com a palavra deputado Fernando Ribas Carli.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhores deputados.

É com muita alegria que ocupamos a tribuna no dia de hoje fazer um comunicado à Casa, e por conseguinte, ao povo do Paraná. Tendo em vista o acontecido na última semana, mas precisamente na quinta-feira, em Belo Horizonte. Quando uma reunião da UPM - União dos Parlamentares do Mercosul aconteceu a eleição da nova diretoria daquela entidade que irá dirigí-la nos próximos doze meses.

Todos sabem que a UPM é uma entidade que congrega parlamentares estaduais e países convidados, o Chile e a Venezuela. Tivemos a oportunidade de contar com a presença de um deputado da Venezuela, Julio Montoya que veio trazer a informação e a resposta definitiva da vontade da Venezuela de participar da UPM. E a Venezuela não ter parlamentos estaduais. É única, a partir da ascensão do presidente Hugo Chaves: foram dissolvidos todos os parlamentos provinciais e também o Senado. Só existe uma assembléia que é a Assembléia Nacional Boliviana. E o deputado Julio Montoya faz parte desta Assembléia.

Estivemos lá na companhia dos deputados Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira, Hermas Fonseca e Orlando Pessuti. Por ocasião da reunião foi também realizada a eleição da nova diretoria e é com grande alegria que nós fomos escolhidos como o novo presidente da UPM, dando uma posição de destaque a esta Casa e ao Estado do Paraná, uma vez que aqui já funciona a sede da UPM.

Na mesma eleição foi eleito o companheiro deputado Hermes Fonseca como 2º vice-presidente e o deputado Plauto Miró Guimarães como membro do Conselho Fiscal.

Algo inédito aconteceu lá quando fizemos uma alteração de estatuto e esta alteração visava homenagens e pudemos homenagear, naquela quinta-feira lá em Belo Horizonte, um companheiro desta Casa. Um companheiro que exerceu por diversos mandatos e pôde levar o

nome desta casa, sempre presente na defesa do Legislativo e dos legisladores. Propomos, e foi lá consignado uma homenagem ao deputado Orlando Pessuti. E foi eleito também para mandato de um ano, como presidente de honra da UPM. Creio que é uma homenagem merecida dos parlamentares de todo o Brasil, porque na verdade fazem parte da UPM todos os parlamentares estaduais do nosso país.

Neste momento devemos também parabenizar o deputado Orlando Pessuti que nos deixa, mas vai para outro prédio. Tenho certeza que, mesmo não permanecendo na Assembléia Legislativa, saberá sempre defender os interesses desta Casa.

Era este o comunicado que com alegria, satisfação e com muito entusiasmo queríamos fazer. Queremos ter certeza de que junto com todos esses companheiros, junto com todos os deputados, não só os que participam da diretoria executiva, como Plauto, Hermes Fonseca, José Maria Ferreira, mas todos os deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, poderemos desenvolver um grande trabalho no sentido do fortalecimento da entidade e de fazermos do Paraná um grande pólo de discussão dos assuntos do Mercosul, num momento propício, quando assistimos pela televisão ou lemos nos jornais a disposição e a vontade do novo presidente Lula em fortalecer o Mercosul, levando propostas que nós da UPM já havíamos feito, como a criação do parlamento do Mercosul.

Nós tivemos oportunidade de saber, através da imprensa, que o presidente eleito, Luis Inácio Lula da Silva, lá na Argentina, fez essa mesma proposta.

Acredito que podemos tornar o Paraná, Curitiba e, por conseguinte, esta Casa, o local dos grandes debates num Fórum do Mercosul.

O Sr. Elio Rusch

Concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Gostaria de parabenizá-lo, primeiro pelo comunicado oficial que faz a esta Casa da eleição acontecida na última quinta-feira, na capital mineira, Belo Horizonte, quando V. Exa. foi eleito presidente dessa entidade de suma importância.

Acho que o mundo abriu suas portas, caíram as barreiras e ao Brasil tem que se preparar para enfrentar o mercado internacional, não só aqui do Mercosul, mas o Mercado Internacional Asiático, Europeu, Americano, Africano, ou seja, em todos os lugares.

A conquista que V. Exa. traz para o Brasil, para o Paraná e este parlamento é de suma importância. Eu que conheço V. Exa. quando ainda era prefeito na cidade de Guarapuava, depois como deputado federal, como chefe da Casa Civil e agora como deputado estadual reeleito para mais um mandato em que continua representando a sua gente de Guarapuava e região, agora, assume esse cargo importantíssimo, a exemplo daquele cargo que o deputado Orlando Pessuti também já exercia quando pre-

sidente da Unale - União Nacional dos Legisladores e com muitas competência tem desempenhado essa função e levado para o Brasil aquilo que acontece efetivamente no Poder Legislativo.

Agora, com a sua eleição, junto com o deputado Hermes Fonseca, Plauto Miró Guimarães, sem sombra de dúvida, enaltece ainda mais este Poder, e eu, como deputado e em nome do deputado Plauto, que é o nosso líder, em nome da Bancada do PFL, saudamos a V. Exa. por essa conquista, pela presidência, desejando êxito nessa sua gestão e que acima de tudo, os grandes interesses da América do Sul, principalmente, do Brasil e do Estado do Paraná, sejam os grandes vencedores.

Parabéns por esta conquista!

Parabéns, deputado Orlando Pessuti, pelo trabalho que V. Exa. também tem feito na Unale e isso foi reconhecido agora, quinta-feira, em Minas Gerais, quando V. Exa. foi eleito como presidente de honra, não mais participando como parlamentar, mas exercendo um cargo no Executivo, um cargo eletivo, como vice-governador, teve o reconhecimento através dos parlamentares não só do Paraná e do Brasil, mas podemos dizer que da América do Sul, do trabalho que V. Exa. tem feito e isso engrandece, sobremaneira, o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Obrigado! Sucesso e felicidades!

O Sr. Antonio Carlos Belinati

Me concede um aparte, deputado?

(Assentimento)

Não fiz uso da palavra na reunião que aconteceu em Belo Horizonte para fazê-lo aqui, e publicamente cumprimentá-lo pela sua eleição, da qual estivemos participando eu, os deputados Hermes Fonseca, José Maria Ferreira e Orlando Pessuti.

Quero dizer que é um orgulho para o Parlamento do Estado do Paraná uma representação dessa importância na União de Parlamentar do Mercosul.

A presença do deputado venezuelano Julio Montoya demonstrou a importância desse evento para as relações comerciais e políticas do Mercosul, de todos os países que compõem esse importante mercado de relações comerciais e tenho certeza que V. Exa. muito bem representará este Parlamento à frente desta direção. Que certamente não serão por apenas 12 meses, mas que V. Exa. em muito poderá contribuir, pela sua experiência como prefeito, como deputado federal, como deputado estadual; uma vasta experiência no Executivo, no Legislativo e que certamente muito prestará dos seus serviços para o Paraná e para o desenvolvimento do Mercosul.

Tenho certeza que esse evento foi muito importante para o Paraná, uma vez que também, presidente Hermas Brandão, pudemos homenagear o nosso companheiro, deputado Orlando Pessuti, que tantos serviços relevantes prestou à frente dessa importante entidade que é a Unale, estabelecendo uma relação extremamente importante entre os Estados da nossa Federação, sempre

procurando levar a melhor contribuição do Legislativo e que agora com certeza, como vice-governador, também prestará o melhor de si para continuar esta aproximação do Legislativo com o Executivo, da mesma forma como V. Exa. fará.

Então, deixo consignado nos Anais desta Casa, meus cumprimentos a V. Exa. e tenho certeza que a sua experiência poderá engrandecer ainda mais a União de Parlamentares, o Mercosul.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Agradeço as palavras do deputado Elio Rusch e também do deputado Antonio Carlos Belinati.

Para concluir, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, queria realçar o trabalho que é desenvolvido pela União de Parlamentares do Mercosul. É importante a nossa conscientização para o que vem acontecendo; quando folheamos os jornais, as revistas, ou mesmo pelas notícias da televisão, falando-se muito na Área de Livre Comércio das Américas e nós sabemos que a Alca, como é denominada, se for implantada da maneira como querem os países mais ricos e desenvolvidos, certamente trarão conseqüências e prejuízos enormes às economias dos países mais fragilizados.

E nós devemos estar atentos a todos esses problemas. E a UPM é o fórum competente para que nós possamos fazer as discussões e avaliações.

Por isso, quero convidar a todos os membros desta Casa, a todos os 54 deputados, para que possamos participar juntos destas discussões, para que possamos aprofundar essas discussões, porque na verdade, se não estivermos atentos a tudo o que acontece envolvendo blocos econômicos, negociações, dentro desta famigerada globalização, não tenham dúvidas que em um amanhã muito próximo nós estaremos derramando lágrimas por não termos feito o trabalho que deveríamos fazer.

Quero, ao encerrar as minhas palavras, convidar a todos desde já, para que nos ajudem nesta caminhada que é fazer com que a UPM possa exercer na plenitude tudo aquilo que está ao seu alcance.

Muito obrigado senhor presidente, muito obrigado senhoras e senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, PTB. Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Deixei para hoje, ao apagar das luzes, a minha despedida deste Parlamento.

Aos deputados Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia, Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada, meu querido Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, minha querida deputada Luciana Rafagnin, Fernando Guimarães, Ademir Bier, Caíto

Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi, Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário. Luiz Carlos Martins, Carlos Simões. Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, meu querido pastor Edson Praczyk, deputada Serafina Carrilho, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia, Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, meu querido Renato Gaúcho, Cezar Silvestri e Marcos Isfer.

São dezesseis anos de Parlamento e com mais quatro de vereador, são vinte anos que eu dei para a minha vida pública o direito de legislar por cidadania e por justiça social. Tive, neste Parlamento, o gabinete da miséria, o gabinete do sofrimento, o gabinete dos excluídos pelos governantes do meu País. Não me arrependo e jamais vou me arrepender de ter sido chamado o “deputado pé-de-chinelo”, o deputado da pobreza, o deputado da criança que não tinha o direito de comprar um óculos ou um kit escolar.

Não vou me arrepender de ter feito aquilo que milhares, hoje, começam a fazer neste País! Demoraram para enxergar que onde existe a miséria, existe o desemprego e onde existe o desemprego, existe a violência. A violência rasga a Constituição brasileira na face de nossas famílias e dos nossos filhos. Hoje vejo falar em miséria, hoje vejo falar em combater a fome, hoje vejo falar em emprego, mas há vinte anos este Parlamento defendeu a miséria, defendeu a geração de empregos; há vinte anos este Parlamento, todos os 54 deputados, desde quando comecei na minha escola como vereador - ali aprendi que enquanto tivermos o desemprego, vai haver a miséria neste País e enquanto houver a miséria neste País, vai haver a violência, a violência do crime organizado que eu combati ao lado do deputado Algaci Tulio, que eu combati ao lado do deputado Ricardo Chab. Com muito orgulho debati ao lado de dois deputados que têm vergonha na cara, honrados. Passamos o “pão que o diabo amassou”, mas cumprimos a nossa tarefa de servir a família e os filhos do meu Estado. Orgulho-me de ter sido chamado nesta campanha como o deputado da miséria, da pobreza, como o deputado que só se preocupava com o povo. Jamais, deputados, eu poderia tocar desta Casa quem batesse ao meu gabinete. Tive nesses 16 anos o gabinete mais movimentado pela miséria da Assembléia Legislativa do Estado. Tive nesses 16 anos uma vida limpa dentro deste Parlamento. Sou processado, sim - cinco processos por opinião, jamais por corrupção. Perdi a eleição, mas não vendi a minha honra, não vendi o meu caráter, não vendi a minha lealdade aos meus princípios e o principal, não vendi e não venderei jamais a minha alma.

Quero agradecer a todos os deputados deste parlamento. Deixo esta Casa no dia 31 de janeiro e estarei aqui no dia 3 de fevereiro para entregar a este Parlamento o meu gabinete com a cabeça erguida. Ando em todas as

idades do Paraná e sou cumprimentado, sou abraçado com dignidade e com respeito porque cumpri no meu mandato o direito de dar de mim antes de pensar em mim, o direito de doar mesmo que as minhas mãos sangrassem e esta Casa é testemunha disso.

Quero agradecer a todos os deputados deste parlamento. Aprendi com todos os senhores. A cada mandato aprendi mais; aprendi mais a cada mandato a ser um parlamentar coerente com os meus ideais. Quando Álvaro se elegeu, fui Álvaro. Quando Requião se elegeu, fiz a ele uma oposição, mas votei com ele todos os mandatos que eram de interesse do Paraná.

Quando Jaime se elegeu, jamais abandonei Jaime Lerner, apesar e ele me abandonar. Hoje deixo este Parlamento. Volto a minha vida profissional, o rádio e a televisão, um jornalismo sério, honrado, decente e lá estarei defendendo o parlamento do Paraná, não os mentirosos, mas aqueles que são sérios, que vem para cá plantar uma semente, e que esta semente seja sempre em defesa da honra, do caráter, da dignidade, da lealdade, principalmente do direito de dar, de servir à família e os filhos do meu Estado.

A V. Exa. deputado Hermas Brandão, a V. Exa. que teve uma postura ética com a minha conduta nesta Casa, aprendi muito com o deputado Anibal Khury, aprendi muito sim com o deputado Anibal Khury, de saudosa memória, aprendi muito neste Parlamento a seguir uma trilha, como todos os deputados que estão aqui sabem quem foi o deputado Anibal Khury e aprendi com V. Exa. deputado Hermas Brandão, se V. Exa. permitir que me refira ao senhor, a sua esposa, aprendi muito com o senhor e lhe agradeço, deputado Hermas Brandão, tudo que V. Exa. me ensinou, tudo que V. Exa. fez por mim nas horas em que chorei e nas horas que sorri.

Agradeço a V. Exa. a sua honra, caráter e lealdade - ao senhor e sua esposa. Muito obrigado.

Agradeço também ao deputado Caíto Quintana, que aqui não está, pela sua honra, caráter e amizade. Ele que faz parte de minha família, sabe quem é o Alborghetti.

Agradeço ao deputado Orlando Pessuti, que me conhece desde criança, desde o dia em que me casei, conhece os meus dramas; E ele sempre ali, nos momentos mais difíceis da minha vida, em relação à doença, sempre ao meu lado. Esse Orlando Pessuti, hoje, vice-governador da família paranaense e dos filhos do meu Paraná. Que Deus lhe ilumine e lhe abençoe.

Quero agradecer ao Chab. Aprendi muito no seu gabinete, companheiro. Perdemos, mas não vendemos a alma. Senti muito, mas aprendi muito com você, sua esposa e seus filhos. Foi bom admirá-lo. Foi bom conhecer o seu caráter. Foi bom conhecer a alma que você têm; de vir conversar, discutir e debater comigo de saber que, às vezes, eu estava correndo risco de vida. Aprendi muito com V. Exa. Muito obrigado. Que Deus lhes ilumine! Um beijo na sua alma!

Deputado Waldyr Pugliesi, um dos grandes tributos deste Parlamento, foi um grande prefeito e orgulho de Arapongas. Eu posso falar desse moço. Orgulho-me de ter feito a Constituição do Estado do Paraná, ao lado de sua esposa, esta bendita mulher, Irondi Pugliesi. Quantas vezes eu e a Irondi brigamos, defendemos aqui e fizemos com tantos outros deputados em saudosa memória - com Caíto - para que colocássemos o texto da Constituição, onde leva o meu nome e o nome Irondi, enquanto o deputado Waldyr estava em Brasília, lutando pela Constituição do meu País. Eu sei quem é Waldyr. Waldyr que construiu e plantou Arapongas e, lamentavelmente o povo de Arapongas não conhece e não sabe quem é Waldyr Pugliesi. lamento! Lamento! grande estadista e tribuno. Orgulho-me de vê-lo subir à tribuna e rasgar os grandes adjetivos da Constituição do meu País. Um beijo na sua alma, deputado Waldyr, se V. Exa. estiver neste Plenário.

Quero agradecer ao deputado Geraldo Cartário. Quando perdi a eleição, esse jovem, que é meu particular amigo foi a minha casa e abriu, sangrando, a sua alma e disse: estou aqui para o que der e vier, porque lhe conheço, sei quem você é. Na hora me desmoronou, me derrubou. Já conhecia Geraldo Cartário. Falar dele é como me dar uma facada nas costas. Aprendi a amá-lo eternamente, espiritualmente, porque com ele aprendi também o caminho da lealdade, Geraldo Cartário. À você, à sua senhora, os seus filhos um beijo eterno. que Deus te abençoe, que nada te falte nesta vida.

Luiz Carlos Martins. V. Exa. criou um refrão, um, beijo no seu coração; não vejo Luiz Carlos, deve estar aqui. Eu criei um beijo na sua alma, na outra eleição. V. Exa. perdeu, eu sofri por V. Exa. nessa, V. Exa. sofreu por mim. V. Exa. me levou a um determinado local, sentou comigo e me deu uma aula ainda mais sobre o rádio, que eu vim do rádio, me elegi vereador, o mais votado de Londrina, pelo rádio fui pela 1ª vez o deputado estadual mais votado, pelo rádio. Muito obrigado pelo amor que V. Exa. tem por mim, você e a Maria um beijo na sua alma.

Quero agradecer o deputado Accorsi, que há dezesseis anos vinha nesta Casa e passava as mãos nas minhas costas e dizia: Eu queria um pouquinho da sua sorte! Eu ainda continuo com a sorte, deputado Accorsi. V. Exa. sofreu muito nessa campanha, não quero falar. Não é o mundo que é mal, é a humanidade, porque às vezes, quanto mais eu conheço o ser humano, mais eu me decepciono com a humanidade. Mas V. Exa. tem um dever a cumprir, trabalhar pelo povo. V. Exa. nasceu para isso, um grande médico, um grande coração, e esse coração vai bater por muitos anos em defesa da família do meu Estado. Que Deus te abençoe!

Queria falar do deputado Durval Amaral, fui leal a ele nesses 8 anos, fui decente a ele, deixo este Parlamento mostrando a minha coerência, a minha lealdade ao líder do Governo. Não lhe enganei, não lhe pedi, não troquei e não vendi a minha alma.

Obrigado deputado Durval Amaral.

Quero dar um abraço ao deputado Edson Praczyk, pelas suas orações. Aprendi muito com V. Exa. Não o estou vendo aqui. Aprendi muito com ele também. que Deus o ilumine, da mesma forma dedico as minhas orações ao deputado Renato Gaúcho, que um dia me disse umas palavras que me marcaram muito: “Eu quero viver em silêncio, desejar a paz, vou dizer mais ou menos o que eu senti do deputado Renato Gaúcho, desejar a paz, o amor, o carinho e continuar a minha caminhada. Que Deus te abençoe.

Quero dizer ao deputado Divanir Braz Palma, muito obrigado. Aprendi muito com V. Exa. Foi bom tê-lo como amigo.

Obrigado, V. Exa. tem um coração maior do que o corpo.

Quero agradecer uma outra pessoa que foi à minha residência, deputado Nelson Justus, que me derrubou da cadeira, me fez chorar, como fez o deputado Cartário. Obrigado deputado Nelson Justus, onde estiver. Muito obrigado pelo carinho e pelo amor.

Quero dizer ao deputado Miltinho Pupio: sofremos muito nessa caminhada, o império do dinheiro nos massacrava, nos destruiu. E usavam o lema que vão gerar emprego nesta Casa. Aqui não se gera emprego. Quem gera emprego é o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o futuro governador Roberto Requião. Beijo na sua alma.

Quero agradecer ao deputado Moysés Leônidas, meu amigo de fé irmão camarada. Fomos juntos vereador. Essa figura extraordinária, ele a Elisa. Você é uma figura extraordinária, Moysés Leônidas, não tenho o que falar de você, não existem adjetivos qualificados para dizer o que você representa para mim, não existe, você me faz sorrir, você me faz vibrar com a vida! Uma pena que este parlamento não tenha V. Exa. de volta. A humanidade caminha, e os seus caminhos estão abertos, como os meus.

Quero dizer ao deputado José Maria Ferreira, não sei se está presente aqui. Deputado Zé Maria, me lembro quando estive na sua cidade, Ibiporã, onde fiz quase 500 votos. V. Exa. me levou para conhecer o seu Corpo de Bombeiros. nenhum município do Paraná tinha um Corpo de Bombeiros. E V. Exa. sempre aquele prefeito correto, honesto, de honra e de caráter. E vai ser o futuro prefeito de Ibiporã, pode ter certeza, está escrito nas estrelas. Aprendi muito com V. Exa. que hoje me demonstrou um vínculo muito grande da sua amizade. Que Deus os abençoe, você e sua família.

Quero agradecer ao deputado Valdir Rossoni. Seus cabelos brancos, sua trajetória será muito grande ainda no Paraná. Mora perto da minha casa - moro ali a 16 anos - foi bom tê-lo como amigo. Não tive Curitiba como berço mas vou tê-la como túmulo. espero ter de V. Exa. ainda suas mãos estendidas, não para me ajudar em alguma coisa, mas para segurar a alça do meu caixão. Me sentiria honrado e orgulhoso de tê-lo eternamente como amigo.

A você, Basílio e esse grande amigo meu. Vocês não sabem a história do Anibelli. Tinha 22 anos e o Anibelli foi à porta da minha casa. Eu era do MDB, foi me convidar para sair candidato a deputado federal. Eu não aceitei e o último se elegeu com 2 mil votos. Aprendi muito com V. Exa., Anibelli. Acredite em mim, pode ter certeza, eu gosto de V. Exa. tem o coração muito grande. E espero que Cristo abençoe você, sua família, seu filho, que eu conheci no sepultamento do deputado Anibal. E que o senhor tenha uma caminhada feliz por mais 4 anos nesse Parlamento.

Deputado Nereu Moura, aprendi também muito com V. Exa. Nervoso como o Alborghetti opositor, guerreiro, mas aprendendo. Isso aqui, é um Parlamento, é para “parlar”, discutir, trazer idéias. Foi bom conhecê-lo. Quando eu perdi, V. Exa. veio me abraçar e não acreditou. Foi bom conviver com V. Exa.! Um beijo na sua alma e na sua família. Quero que o senhor seja o líder do governo do senador Roberto Requião e que tenha sorte e felicidade na sua nova trajetória, na sua nova caminhada, nos desafios que se apresentam pela frente para continuar defendendo a família e os filhos do Paraná.

Deputados Zuk, Elio Lino, Cezar, Quielse, todos os deputados que estão aqui. Eu ficaria horas aqui falando. Já passou o meu tempo! Eu queria falar de um por um, mas quero falar do Cleiton. Obrigado, obrigado. Sábado eu o vi na televisão, cantando. É bom ter personalidade, não se pode fugir da sua. Aqui o senhor é um parlamentar, lá o senhor quer seguir uma carreira artística, mas eu o prefiro como parlamentar, defendendo os municípios do Paraná.

Cezar Silvestri, deputado Algaci Tulio. Obrigado, Algaci Tulio, aprendi muito com V. Exa. Que Deus o abençoe. No começo eu não gostava de V. Exa., não. Não gostava, tinha pavor de V. Exa. Achava o senhor pedante. De repente, comecei a conviver com V. Exa., comecei a aprender, porque eu não sou o dono da verdade! Fui à sua casa, vi o ser humano que você é. Quero tê-lo como amigo! Que bom”. Oxalá Deus ilumine a sua caminhada. Volte à Câmara Municipal. Eu não voltarei a nada mais. Vou cuidar da minha agência de publicidade, do rádio e da televisão, mas V. Exa. tem a política no sangue e tenho a certeza que será um grande vereador para trabalhar pelos bairros da capital do Estado, porque V. Exa. foi um grande parlamentar dentro desta Casa.

Quero agradecer a todos, Cezar, Duílio, todos os que estão aqui, ao Neivo Beraldin, meu particular amigo que abriu a sua casa, e a Irene, deputado Cezar Silvestri com a sua simplicidade, aprendi muito com ele.

Quero agradecer a todos os que estão aqui; me perdoem se deixei de falar em alguém. Aprendi com o deputado Ademir Bier.

Deputada Luciana Rafagnin, que mora perto de mim, grandes projetos, Luciana! Bonito o seu Parlamento. A senhora será a futura prefeita, já estou sabendo”.

Deputada Serafina, V. Exa. que deu a vida pelos pobres de Maringá. Deputado Isfer, com esse vozeirão que é para a rádio. Deputado Chico, deputado Hidekazu Takayama que não era candidato e o Alborghetti o lançou na televisão candidato a deputado federal - e paguei caro por isso, paguei caríssimo, mas V. Exa. representará bem o Paraná em Brasília.

Deputado Antonio Carlos Belinati, engenheiro, adoro a senhora sua mãe, sempre faz reuniões, orações por mim.

Deputado Nelson Justus, já falei de V. Exa. nesta tarde, que Deus lhe abençoe, você e sua esposa que abriu as portas da sua residência para mim e para a Maria Auxiliadora.

Deputado Nelson Garcia, deputado Edno, figura extraordinária, do telefonema para o Nelson Garcia, o sofrimento do Nelson que não pode chegar a hora certa!

Quero agradecer a todos aqui.

Deputado Fernando Ribas Carli, obrigado pela amizade que me proporcionou, deputado Tureck, que bom conhecê-lo, V. Exa. será o futuro prefeito de Campo Mourão, tenho certeza absoluta.

Quero agradecer às taquígrafas que me suportaram por 16 anos. Quero agradecer a todas as mulheres que trabalharam nesta Casa, nos corredores, aos seguranças, a esse jovem que está aqui, que conviveu comigo 16 anos, àqueles do cafezinho, às taquígrafas que sem elas não somos nada, a toda a Mesa desta Casa, à diretoria da Mesa, ao Bibinho, ao Molinari, ao William, enfim, a todos, às funcionárias que limpam, faxinam o meu gabinete, que iam buscar a sua cesta básica, às vezes, passando fome, à assessoria da Liderança do Governo, ao Departamento Médico e ao Odontológico que eu agüentaram por 16 anos e eu brigando para tratar dos meus pobres.

Quero agradecer a você, Ângelo Vanhoni. Que bom tê-lo como amigo. Você é uma pessoa extraordinária, um cabeça! Aprendi muito com V. Exa. Meu filho é teu eleitor, votou em você para prefeito. Não posso contrariar o meu filho. Por que é que eu vou exigir que ele vote? Para deputado, eu falei, “se você não votar em mim, meu filho, estou morto”! e “mas os amigos da Universidade vão votar no Vanhoni”. Eu falei: “Tudo bem, e você?” “Vou votar no senhor”, mas eu senti que se eu deixasse, votaria em V. Exa., mas fico feliz em tê-lo como amigo. Que Deus o abençoe. V. Exa. tem uma caminhada muito grande e não lhe faltará saúde para enfrentar essa caminhada.

Senhor presidente, encerrando, agradeço a sua benevolência, agradeço a todos. Agradeço a todos, à imprensa, à Roseli, à Kátia, à Beti, a todos que de uma maneira ou de outra me ajudaram.

Um beijo na alma deste Parlamento e até um dia, se Deus quiser.

Salve as almas, salve o coração deste Parlamento que pulsa forte, que é a Casa forte deste Paraná, das nossas famílias e dos nossos filhos.

Muito obrigado. Fiquem com Deus.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra à Liderança da Oposição e do Governo.

(**Declinam**)

O SR. DUÍLIO GENARI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito Clóvis, de Corbélia e do vice-prefeito Fontana.

O SR. DIVANIR BRAZ PALMA (**Pela Ordem**)

Quero cumprimentar os companheiros de Tapejara, vereador Walderlei Dal Prá, nosso querido Vandeco; vereador Rogério Franceschini; vereador Jair Peres e o secretário Emersom Brat - secretário do prefeito.

Esses cumprimentos são nossos e do nosso colega Nelson Garcia.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Quero registrar a presença do pessoal de Corbélia, do meu amigo Jura que também está acompanhando o prefeito e cumprimentar o prefeito de São Jorge do Oeste - Luiz Corte, acompanhado do meu amigo vereador Miguel Mozart.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está registrado.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Projeto de lei de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos deputados Cezar Silvestri, Orlando Pessuti, Eli Ghellere, Ademir Bier, Pastor Edson Praczyk e demais deputados, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2638, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessões Extraordinárias logo após a Sessão Ordinária a ser realizada no dia 10 do corrente mês. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 139/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que acresce inciso XXXVI ao artigo 54 da Constituição do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL. COM SUBSTITUTIVO GERAL.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 2649, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões da Proposição nº 139/2002.

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a proibir em todo o território do Estado do Paraná, as óticas de venderem lentes de contacto, coloridas ou de grau sem apresentação da receita de médico oftalmologista. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº Lei nº 073/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento da taxa de emissão da 1ª via da cédula de identidade aos alunos da rede pública de ensino estadual e municipal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/2002, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que autoriza o Poder Executivo a tornar obrigatório a realização do teste de acuidade visual e auditiva na rede pública estadual de ensino e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CECE E CSP. COM EMENDA DA CF. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 711/2002, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Representação Popular, com sede e foro em Piraí do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 712/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores do Jardim Cristina - Asmojac, do município de Palmeira, deste

Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 713/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública o Instituto Tecnológico de Transporte e Trânsito - ITT, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/2002, de autoria do deputado Fernando Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Fundação Canal 21, com sede e foro no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 749/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Centro de Planejamento Natural da Família, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que estabelece normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09/04/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 200/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, visa estabelecer normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS
HUMANOS E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 200/2002

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 200/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo estabelecer normas voltadas à responsabilidade na gestão social do Estado.

Chamada esta Comissão a se manifestar, nada encontramos que possa impedir a tramitação do presente projeto de lei.

Assim, somos de parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 19.11.2002.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUCIANA RAFAGNIN - Relatora

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira de Adolescência - Asbra, com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. Aprovado (Publ. no DA nº 101/2002, de 05/08/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 535/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Adolescência - Asbra, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 535/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Adolescência - Asbra, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/2002, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação Rebouças em Ação, com sede e foro no município de Rebouças. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2002, de 20/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 718/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação Rebouças em Ação, com sede e foro no município de Rebouças.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 719/2002, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Hipertensos de Rebouças. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2002, de 20/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 719/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Hipertensos de Rebouças, com sede e foro no município de Rebouças.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 720/2002, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos "Tuca Zanon", com sede e foro no município de Rebouças. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2002, de 20/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 720/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de

Utilidade Pública a Associação dos Diabéticos “Tuca Zanon”, com sede e foro no município de Rebouças.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 721/2002, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Apra - Associação de Apoio aos Agentes Ambientais de Realeza, com sede e foro no município de Realeza. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2002, de 20/11/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 721/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Apoio aos Agentes Ambientais de Realeza, com sede e foro no município de Realeza.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 722/2002, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Coronel Domingos Soares, com sede no município de Coronel Domingos Soares e foro na comarca de Palmas, Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2002, de 20/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 722/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos

Excepcionais de Coronel Domingos Soares, com sede no município de Coronel Domingos Soares e foro no município de Palmas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 142/2002, de 25/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 725/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campina Grande do Sul, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável, na forma da emenda substitutiva geral anexa.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 725/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Campina Grande do Sul, com sede e foro no município de Campina Grande do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ELI GHELLERE - Relator

Apoioamento:

Marcos Isfer.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 733/2002, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Independência, com sede e foro no município de São José dos Pinhais. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 144/2002, de 25/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 733/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim Independência, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ELI GHELLERE - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 737/2002, de autoria do deputado Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Lucia Bastos, com sede e foro nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 146/2002, de 27/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 737/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Lúcia Bastos, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 738/2002, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Sócio-Ambiental - Instituto Pachamama, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 146/2002, de 27/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 738/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Instituto de Desenvolvimento Sócio-Ambiental - Instituto Pachamama, com sede e foro no município de Irati.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 739/2002, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que altera a Lei nº 13.859, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Nossa Senhora de Fátima. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 146/2002, de 27/11/2002)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 739/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, visa alterar a Lei nº 13.859, que declarou de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2635, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2639, de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2640 a 2648, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Gostaria de convidar todos os deputados para participarem da Sessão Solene em homenagem ao desembargador federal, Dr. Edgar Antônio Lipmann Júnior. É uma homenagem justa e necessária. Por isso, gostaria que os deputados se fizessem presentes, às 17 horas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Queremos, antes de encerrar a Sessão, participar aos prezados colegas parlamentares, aos amigos que nos

visitam e à imprensa, que ontem o deputado Algaci Tulio completou 62 anos. Nossas congratulações e nossos cumprimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 597/2001 e 383/2002.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 200, 535, 718 a 722, 725, 733 e 737 a 739/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 696/2002, 731/2002 e 225/2000.

Levanta-se a Sessão.